

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

PERÍODO: SETEMBRO DE 2011 A JANEIRO DE 2012

- **AÇÃO:** Constante articulação do Ceosp com as entidades envolvidas no aperfeiçoamento da execução penal, buscando a garantia dos direitos humanos e a cidadania plena, bem como a otimização na aplicação de recursos;

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

15/09/2011 18:06:04

Consulta Pública baseará revisão de diretrizes para estabelecimentos penais

Os membros do Ministério Público do estado da Bahia com atuação na área de execução penal podem participar da consulta pública instalada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), como parte do processo de revisão das 'Diretrizes Básicas para Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais' no país. De acordo com o presidente do CNPCP, promotor de Justiça da Bahia Geder Luiz Rocha Gomes, a iniciativa tem como objetivo analisar a atual realidade penitenciária e, com base nas necessidades das diferentes unidades prisionais, reestruturar as diretrizes de forma a otimizar a utilização dos recursos destinados às reformas dos estabelecimentos. Os interessados têm até o dia 30 de setembro para acessar o formulário no endereço eletrônico www.mj.gov.br/cnpcp. Depois de preenchida, a consulta deve ser enviada para o correio eletrônico cnpcp@mj.gov.br, com o título 'consulta pública'.



Todos os capítulos da resolução estão em análise, especialmente os que tratam do dimensionamento dos banheiros, alojamentos, telas e solários; da estrutura do módulo de saúde para diferentes unidades e complexos prisionais; da localização das salas de tratamento penal e parlatório; dos ambientes de ensino, celas adaptadas para idosos e pessoas com deficiência; do módulo de visita íntima e central de monitoramento; e das distinções entre as instalações e dimensões de cadeias públicas, presídios, penitenciária e colônia agrária ou industrial.

A consulta conta com o apoio de uma comissão interinstitucional formada por membros do CNPCP, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), e do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça (Consej). Além dos promotores e procuradores, devem participar da consulta defensores públicos, magistrados, membros de conselhos da comunidade e conselhos penitenciários, representantes de organizações da sociedade civil, bem como construtores.

DEMANDAS E AÇÕES DO CISP – CEOSP

– **DEMANDA (CISP):** Criação de uma comissão temática, no âmbito do CISP, composta por representantes do MP/BA, TJ/BA, DPE/BA e SSP/BA, **que ficou responsável por elaborar um diagnóstico e apresentar propostas sobre a situação dos homicídios no Estado da Bahia**, cujas reuniões aconteceram nos meses de agosto e setembro de 2011.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

30/09/2011 18:40:18 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA- 2335

Diagnóstico do sistema penal é apresentado em reunião do Cisp

Uma síntese do diagnóstico do sistema penal da comarca de Salvador foi apresentada na manhã de hoje, dia 30, na sede do Ministério Público estadual, durante reunião do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp). O estudo elaborado pelo grupo de trabalho de homicídios, formado por representantes do MP, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública, indica que a situação é delicada e precisa ser priorizada por todos os órgãos que compõem o sistema de defesa social.



Diante do coordenador da reunião, promotor de Justiça Geder Gomes; secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; desembargador Nilson Castelo Branco; subdefensora pública-geral, Liliana Cavalcante; superintendente da Polícia Rodoviária Federal, inspetor George Paim; subcomandante geral da Polícia Militar, coronel Euletério; e demais componentes da reunião, a promotora de Justiça Mônica Barroso e o juiz Moacir Pitta Lima – representando o grupo de trabalho de homicídios – frisaram que é preciso que todos os órgãos atuem de forma sistêmica para que se possa efetivar o combate aos crimes de homicídio. “Precisamos trabalhar para nos colocarmos sempre adiante do que pensa o crime”, disse Mônica Barroso, salientando que a demanda atual é muito maior do que o Estado está apto para responder. A promotora, que desenvolve suas atribuições no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social, que é coordenado por Geder Gomes, assinalou ainda que é imprescindível desenvolver estratégias rápidas e eficientes para fazer frente à criminalidade, de forma que aos criminosos não restem dúvidas sobre a ação punitiva do Estado.

Segundo Mônica Barroso, o estudo foi desenvolvido pelo grupo de trabalho levando-se em consideração a “Meta 2” da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que consiste em concluir todos os inquéritos sobre homicídios instaurados até 2007 e que se encontram ainda em aberto. Para dar cumprimento a essa meta, informou o promotor de Justiça José Vicente Lima, o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva designou quatro promotores de Justiça para atuarem em Salvador, sem prejuízo das suas atribuições. Também durante a reunião do Cisp foi discutido e aprovado o texto final do Regimento Interno do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp), que é coordenado pelo Ministério Público estadual

e tem como finalidade contribuir com um sistema de justiça criminal e defesa social mais ágil e efetivo.

DEMANDA: Troca de experiências com órgãos congêneres, nas reuniões da Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes – Pacto Pela Vida e preparatórias para “Agenda Bahia”, integradas pelo Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias de Estado e OAB;

AÇÃO: Articulação do CEOSP para as reuniões acontecerem nas dependências do Ministério Público do Estado da Bahia:

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

30/09/2011 20:37:35 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Pauta da Agenda Bahia é discutida em reunião da Câmara Setorial do Sistema de Justiça

Os integrantes da Câmara Setorial de Articulação do Sistema de Justiça reuniram-se na tarde desta sexta-feira, dia 30, na sede do Ministério Público baiano, para discutir temas prioritários para a pauta oficial da próxima reunião da Agenda Bahia, programada para a segunda quinzena de outubro. Participaram da reunião o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva; o secretário de Relações Internacionais Fernando Schmidt; presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB-BA), Saul Quadros; secretários de Segurança Pública, Maurício Telles Barbosa, e de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes; promotora de Justiça Mônica Barroso Costa; juiz Ricardo Schmitt, assessor da presidência do Tribunal de Justiça da Bahia; e a defensora pública Tereza Cristina Ferreira. Na próxima sexta-feira, dia 7, será realizada uma nova reunião, onde cada instituição apresentará suas prioridades e, juntas, definirão os temas da pauta da Agenda Bahia.



No encontro de hoje, Fernando Schmidt apresentou um breve histórico das ações já realizadas no âmbito do 'Pacto pela Vida', e informou que, na próxima reunião da Agenda Bahia, os chefes de poder deverão apresentar o trabalho já realizado por suas instituições e dar ciência dos problemas que ainda existem. O procurador-geral de Justiça Wellington César, por sua vez, defendeu a realização de um diagnóstico dos problemas enfrentados e das iniciativas adotadas pelas instituições, bem como o diálogo permanente entre elas. "Com essas linhas estabelecidas, temos chance de fazer uma radiografia bem mais profunda. Tenho a convicção de que temos muito a apresentar na próxima reunião, bem como muito a propor", concluiu. Dentre algumas definições discutidas hoje estão a



implantação do Núcleo de Prisão em Flagrante e a criação de novas Centrais de Penas Alternativas (Ceapas).

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

27/10/2011 18:30:02 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Câmara de Articulação dos Poderes discute implementação de Comitê de Recuperação de Ativos

Integrantes de órgãos que compõem a Câmara Setorial de Articulação dos Poderes, instituída no âmbito do projeto 'Pacto pela Vida' da 'Agenda Bahia', reuniram-se hoje, dia 27, na sede do Ministério Público estadual no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Voltados à discussão de temas afetos à segurança pública, eles debateram minutas de termos de cooperação técnica que preveem uma maior articulação entre os Poderes de Estado, Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública, no sentido de que seja implementado o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) e um projeto de tratamento de usuários de substâncias psicoativas no Complexo Penitenciário da Mata Escura, entre outros.



A participação e colaboração das diversas instituições nos trabalhos da Câmara foram ressaltadas pelo seu coordenador, o secretário de Relações Internacionais, Fernando Schmidt, que destacou o empenho de todos e assinalou que se percebe que os parceiros também têm partilhado da visão de que as discussões têm sido produtivas para cada uma das instituições. Diante da mesa composta ainda pelos promotores de Justiça do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Geder Gomes e Mônica Barroso; do secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte; do subsecretário de Segurança Pública, Ary Pereira; procurador-geral do Estado, Rui Moraes; juiz-corregedor Cláudio Daltro; e defensora pública-geral, Maria Célia Padilha, o coordenador do Comitê de Articulação ressaltou ainda que, avaliando-se a situação da superlotação carcerária, já se pode notar muitos integrantes da área jurídica indicando os núcleos de penas alternativas e o regime semiaberto como alternativas à superlotação. Esse é um fato novo, pontuou ele, sinalizando que "de certa maneira, isso poderá ajudar o Poder Judiciário e o MP a promoverem uma mudança de cultura".

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

15/12/2011 17:55:54 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes define pauta da Agenda Bahia



A última reunião deste ano da 'Câmara Setorial de Articulação entre os Poderes', realizada hoje, dia 15, na Sala de Sessões do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia (5ª Avenida, 750, CAB), definiu a pauta do terceiro encontro da 'Agenda Bahia', marcado para o próximo dia 21, às 11h, na Assembleia Legislativa do estado. Como resultado das 12 reuniões da câmara, que têm sido realizadas em parceria entre o Governo do Estado, o Ministério Público estadual, a Defensoria Pública e a Ordem dos

Advogados do Brasil – Seccional Bahia (OAB-BA), serão propostos para o governador Jaques Wagner a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira); e a assinatura de termos de cooperação técnica e apoio institucional voltados para procedimentos relativos a usuários de substâncias psicoativas, para a implementação do programa de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, voltado aos presos do Complexo Penitenciário da Mata Escura.

Outras medidas relevantes que fazem parte da pauta a ser apresentada na reunião da Agenda Bahia são a criação de dez novas Delegacias de Homicídio – cinco em Salvador e na Região Metropolitana e outras cinco no interior, e a instalação de dez novos núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (Ceapas), bem como a inauguração do 'Núcleo de Prisão em Flagrante' (NPF) e a nomeação de defensores públicos para os vinte municípios que apresentam maior índice de violência na Bahia. O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, avaliou o papel do Ministério Público na Câmara Setorial como fundamental para a



Instituição. “Nossa ação é transversal, passando por várias áreas. Nesse contexto, a criação do Ceosp pelo procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva, foi visionária. A prova é esse espaço de integração e articulação que confere ao MP ainda mais capilaridade”, destacou.



O secretário para Assuntos Internacionais e coordenador da Câmara Setorial, Fernando Schmidt, ressaltou que a interação entre os poderes que se verifica a partir dessa iniciativa é “uma experiência inédita na Bahia”. O secretário afirmou ainda que o ‘Pacto Pela Vida’, ao congregar o Estado com a sociedade, cria um ambiente de interação que “pode realmente reduzir a violência, diagnosticada como a questão que mais aflige os baianos”. Também integrante da mesa, o secretário de Administração Nestor Duarte frisou a importância da discussão que se estabeleceu a partir das reuniões. “Este diálogo democrático e aberto que o Governo estabelece com o Ministério Público, o Judiciário, a Defensoria e a OAB-BA confere ao executivo uma maior celeridade na implementação de medidas tão fundamentais para a segurança pública”, pontuou o secretário, citando a abertura de 3900 novas vagas prisionais em 2012 como um dos resultados palpáveis do que vem sendo debatido nos encontros da Câmara de Articulação Setorial.



O encontro foi marcado ainda por apresentações realizadas pelos promotores de Justiça Anderson Freitas de Cerqueira e Fabrício Rabelo Patury, a respeito da utilização de tecnologias na integração entre o Ministério Público, o Poder Judiciário e a autoridade policial no combate ao crime na Bahia. Foram relatadas experiências de sucesso levadas a efeito nos municípios de Ipirá, Ribeira do Pombal e Vitória da Conquista, onde, com baixo custo e envolvimento da comunidade, foram instalados sistemas de filmagem que servem para o monitoramento e consequente prevenção e combate a práticas delituosas, bem como para a gravação audiovisual de audiências, o que, “além de assegurar uma velocidade maior na coleta dos mesmos e, portanto, também no andamento dos processos, agrega para a apreciação dos promotores de Justiça elementos que não estariam de outra maneira no papel, como as expressões corporais ou o tom de voz, por exemplo”, concordaram. A próxima reunião da Câmara de Articulação ficou marcada para 26 de janeiro próximo, quando deve ser apresentado o calendário com os encontros previstos para o ano.

21/12/2011 18:46:39 Redatora: Maria Alcina Pipolo (MTb/BA 915)

Chefe do MP reafirma apoio ao esforço conjunto de combate à criminalidade

O procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva participou, juntamente com o governador Jaques Wagner e dos presidentes da Assembleia Legislativa (deputado Marcelo Nilo), do Tribunal de Justiça (desembargadora Telma Britto), e da Defensoria Pública (defensora pública-geral Maria Célia Padilha), do 3º Encontro de Chefes de Poder no âmbito do protocolo 'Agenda Bahia'. Durante a reunião, realizada na manhã de hoje, dia 21, na Assembleia Legislativa, foram assinados os termos de instalação do 'Comitê de Governança do Sistema de Defesa Social do Estado da Bahia' e de constituição do grupo de trabalho para realização de estudos para criação do 'Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos'. Foram também assinados três termos de cooperação técnica. Dois deles voltados para a integração de serviços públicos e privados de atenção a usuários de substâncias psicoativas – um para os que encontram em liberdade e outro para os que estão cumprindo pena. E o terceiro objetivando a viabilização das ações implementadas pelo programa Pacto Pela Vida com ênfase na diminuição dos índices de violência e dos crimes contra a vida e o patrimônio, visando a redução da reincidência, a reinserção social e a redução da criminalidade.



"Começamos a colher os frutos", ressaltou o governador na oportunidade, referindo-se aos resultados obtidos no enfrentamento à violência graças à união de esforços promovida pela Agenda Bahia. Assinalando que é difícil "quebrar hábitos e preconceitos de pessoas e de instituições", Wagner demonstrou sua



satisfação pela "instituição harmônica e republicana entre os poderes na Bahia, que tem caminhado no sentido da democracia, pelo entendimento e consenso", acrescentando que, "sem o apoio dos chefes de poderes, os resultados da Agenda Bahia não se concretizariam". Na mesa em que também estavam o coordenador da Agenda Bahia, Fernando Schmidt, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Bahia (OAB-BA), Saul Quadros, o chefe do Ministério Público estadual destacou que "a pedra de toque na luta contra a criminalidade é a articulação entre os poderes com uma governança equilibrada. E a Agenda Bahia

tem-se mostrado uma significativa moldura dessa articulação". Wellington César afirmou que o MP não poderia deixar de louvar essa iniciativa, que remonta a 2007 e foi reafirmada em 2011, parabenizando a Assembleia "por todo o esforço feito em especial pela legislação de defesa social".

Na reunião que contou com a presença de diversos deputados, secretários de estados e outras autoridades, Wellington César pontuou que é fundamental que o Parlamento também esteja inserido nessa luta, parabenizando a Assembleia Legislativa pela aprovação de importantes leis de combate à criminalidade. Após agradecer aos parlamentares pela aprovação ontem, sem alterações, do projeto de



lei de elevação da entrância de nove Promotorias de Justiça, ele expressou sua convicção de que a Assembleia atuará com a mesma presteza após o recesso em relação ao projeto da substituição e também quanto ao Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Ministério Público.

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

11/01/2012 15:35:25 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Estado e sociedade civil engajados na luta contra o crack

"Escolha viver sem drogas". Esse é o conclave da campanha de enfrentamento ao crack e outras drogas lançada hoje, dia 11. Um plano desenvolvido no âmbito do programa 'Pacto pela Vida', que conta com o apoio do Ministério Público estadual, Defensoria Pública e instituições e personalidades da sociedade civil baiana. Todos os atores, destacou o procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, estão engajados na ação que é de Estado e envolve estrategicamente a sociedade civil, "que tem participação fundamental".



A prevenção e o combate à droga que assola a realidade de tantos jovens é o objetivo principal do plano 'Viver sem Drogas'. A campanha, protagonizada por artistas, atletas e personalidades baianas, já pode ser vista em *outdoors* exibidos em diversas ruas de Salvador. Essas pessoas, salientou Wellington César, emprestaram a sua popularidade e prestígio ao projeto e agora estão engajadas em mais uma arte: a de transformar a realidade ao seu redor. Para ele, a causa é extremamente relevante e precisa ser trabalhada de forma sistêmica pelos governos. "O flagelo do crack deve ser combatido com

ênfase, e toda sociedade deve participar ativamente do debate sobre essa droga de efeitos tão danosos. É preciso ainda dar realce à prevenção porque o tempo para os usuários de crack é muito curto. Precisamos prevenir, prevenir e prevenir", enfatizou o chefe do MP diante das demais autoridades e plateia que lotaram auditório do Centro de Convenções.

O governador Jaques Wagner registrou, por sua vez, "o problema das drogas é profundo e deve envolver toda sociedade". O começo de tudo está na exclusão e nas desigualdades que também devem ser combatidas, acrescentou ele, informando que pesquisas indicam que mais de 50% dos crimes de homicídio estão relacionados ao tráfico e uso de drogas. "Percebe-se, então, que o tema é complexo e requer uma atuação programada e forte para despertar a consciência de que não se deve entrar por este caminho", concluiu.

Dizendo-se "viciado em direitos humanos, usuário da eucaristia e dependente da fé", o padre José Carlos Silva, da Ação Social Arquidiocesana (ASA), também frisou que é importante trabalhar a conscientização e criar alternativas para que os jovens não busquem o caminho das drogas. Representando as personalidades que protagonizam a campanha, a cantora Margareth Menezes agradeceu a oportunidade e destacou que se



sente feliz em poder utilizar a sua popularidade para trabalhar um assunto tão sério. "O sofrimento é de toda sociedade", lamentou ela, salientando que "é preciso fazer com que a campanha chegue mais no fundo e mais perto das comunidades indefesas em relação às drogas". "Cantor, secretário, professor, operário ou procurador todos devem arregaçar as mangas e participar dessa luta", conclamou o chefe do MP. Compuseram ainda a mesa da solenidade o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; a defensora pública-geral, Maria Célia Padilha; e outras autoridades.

DEMANDA: Formação e Gestão do Conhecimento.

Ação: Realização de estudos, pesquisas e eventos relacionados à área de segurança pública e defesa social;

Ação: Criação do Grupo Estudos com membros do Ministério Público com o objetivo da troca de experiências bem sucedidas de utilização de tecnologia em atividades de investigação e no processo criminal, composto pelos Promotores de Justiça Monica Barroso Costa, Fabricio Rabelo Patury, Anderson Cerqueira e João Paulo Schoucair.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

04/11/2011 18:35:02 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

**MP debate nova lei das cautelares no
1º dia do encontro das pastorais carcerárias**

Debater a nova Lei das Cautelares (Lei nº 12.403/2011), o atual cenário prisional no Nordeste e as experiências positivas vividas nos diferentes estados. Com esses objetivos, foi aberto hoje (04) o 'Encontro de Dirigentes de Pastoral Carcerária dos Estados da Bahia e Sergipe' – o 'Nordestão'. O evento prossegue no sábado (05), das 8h30 às 18h, e no domingo (06), das 8h30 até as 12h, no Centro de Treinamento de Líderes, localizado na Rua Alves Ribeiro, 235, em Itapuã.

O encontro foi aberto pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, promotor de Justiça Geder Luiz



Rocha Gomes, que traçou um panorama do sistema prisional no Brasil. Com 500 mil detentos, o país tem a 4ª maior população carcerária do mundo, e a que mais cresce. "Em 1990, tínhamos 95 mil presos. Em 2010, esse número chegou a 500 mil e outros 500 mil mandados não podem ser cumpridos por falta de vagas no sistema", destacou Geder Gomes, ressaltando que, nesse cenário, a Lei 12.403/2011, chamada Lei das Cautelares, surge como uma evolução. "A lei diz que a prisão só deve ser aplicada caso não se aplique nenhuma das possíveis cautelares alternativas à prisão".



Dentre as alternativas à prisão

propostas pela nova lei, o promotor de Justiça destacou o monitoramento eletrônico. "Hoje, aplicando-se a lei, é possível retirar pelo menos 50 mil presos das cadeias, cerca de 10% do total, e aplicar sobre eles o monitoramento eletrônico. Além de ajudar a diminuir o déficit carcerário, essa medida reduz custos. Enquanto um detento custa cerca de R\$ 1.900,00 ao Estado, com o monitoramento eletrônico, esse custo cai para R\$ 350,00, seis vezes menos".

A segunda conferencista foi a titular da Vara de Execuções Penais, juíza Andremara dos Santos, que abriu sua exposição destacando que a lei não traz maiores novidades. "Ela só vem cristalizar um princípio que já está em todo o ordenamento, sobretudo na nossa Constituição Federal. Há, no entanto, algumas novidades importantes. Agora, quem é preso em flagrante tem que ser solto em 24 horas. Mais do que isso, só com a decisão de um juiz, que precisa dizer porque não coube nenhuma cautelar para soltar o preso. Caso contrário, toda prisão é ilegal", destacou a magistrada, que concluiu afirmando que "a nova lei vem ressaltar, vem reforçar um princípio fundamental da justiça que foi negligenciado e até invertido historicamente: todos são inocentes até que se prove o contrário".



No sábado, pela manhã, representantes das pastorais carcerárias de todos os estados nordestinos debaterão a evolução do sistema prisional em suas áreas de atuação. À tarde, o tema da discussão será a 'Formação Para a Vida Cristã no Cárcere'. No domingo, será realizada uma avaliação do encontro e traçadas as metas para o trabalho durante o próximo ano. 'Nossa busca é atuar mais próximos à comunidade e criar comunidades nos presídios. Não queremos apenas tirar as pessoas de lá, desejamos também que elas saiam como novos laços afetivos', conclui o coordenador nacional da Pastoral Carcerária, padre Valdir Silveira.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

08/11/2011 20:32:35 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

MP compartilha experiências bem sucedidas na área de segurança durante reunião do Cisp



Experiências bem sucedidas de utilização de tecnologia em atividades de investigação e no processo criminal aplicadas em municípios baianos foram apresentadas na manhã de hoje (8), durante a 7ª reunião do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública no Estado da Bahia (Cisp), que, diante das proposições do grupo de estudos formado para analisar questões relacionadas à segurança pública e à defesa comunitária, deliberou no sentido de que o Ministério Público estadual sugira aos seus membros que fomentem a implantação de Conselhos

Comunitários de Segurança Pública (Consegs) em todos os municípios do estado. Também por sugestão do grupo de estudos criado por solicitação do procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva será encaminhada ao programa "Agenda Bahia" proposta de interiorização do Departamento de Narcóticos (Denarc) para sejam implantadas novas delegacias no interior.

Essas ações, somadas a outros projetos, visam a consolidação de uma política efetiva de segurança pública, assinalou a promotora de Justiça Mônica Barroso, que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp). Por isso, faz-se importante conhecer experiências positivas, discuti-las e aproveitá-las para possível replicação e construção de novos projetos, ressaltou o promotor de Justiça Geder Gomes, coordenador do Centro. Juntamente com o chefe de gabinete da Secretaria de



Administração Penitenciária (Seap), Carlos Sodré, e com o procurador-chefe do Ministério Público Federal, Wilson Rocha Neto, os integrantes do Ceosp assistiram a apresentação dos promotores de Justiça Anderson Cerqueira (Guanambi), João Paulo Schoucair (Ribeira do Pombal) e Fabrício Patury (Ipirá).



Em Caetitê (distante 757 km de Salvador), o registro audiovisual de audiências de instrução criminal promoveu acentuada agilidade às audiências que tiveram seu tempo reduzido em até um quarto. Isso, registrou o promotor Anderson Cerqueira – que iniciou o procedimento na comarca em 2008 – , gerou no município uma economia de cerca de 80 dias úteis de trabalho por ano. Para ele, o uso da tecnologia também tem como vantagens a fidelidade total dos

registros, a preservação do depoimento no tempo, uma maior naturalidade na tomada do depoimento, além de viabilizar a construção da instrução. Tudo isso a baixo custo, frisou o promotor, lembrando que implantou ainda a cultura audiovisual em Igaporã, conseguindo bons resultados.

Para reduzir a criminalidade no município de Ribeira do Pombal, a 271 km de Salvador, o promotor de Justiça João Paulo Schoucair desenvolveu, com o apoio do Poder Judiciário, Polícia Militar e da comunidade local, um projeto de implantação de sistema de monitoramento eletrônico, efetivado há dois anos. Lá, câmeras de alta tecnologia captam e gravam imagens que são processadas e gerenciadas pela Polícia, que, segundo Schoucair, teve aumento significativo da



sua capacidade operacional. Os equipamentos, instalados em locais específicos e estratégicos que obedecem a critérios técnicos de policiamento, apoiam eficientemente o patrulhamento ostensivo e auxiliam na identificação e prisão de suspeitos, disse ele, acrescentando que tudo é gerenciado em tempo real, o que já propiciou a redução dos índices de crime na cidade.

A união de esforços também tem gerado bons resultados no município de Ipirá, localizado a 202 km da capital. Movido pela crença de que a integração é imprescindível para construção de um trabalho eficiente de promoção da segurança pública, o promotor de Justiça Fabrício Patury desenvolveu projetos juntamente com a Polícia Civil para sanar deficiências de estrutura física e de tecnologia da delegacia, que agora conta com sala para reconhecimento de acusados e filmadoras que registram as oitivas realizadas no local. Também trabalhou em conjunto com o Poder Judiciário de Ipirá, já tendo conquistado a gestão judicial da Vara Crime, que reduziu os processos judiciais com análise dos mais antigos e está realizando audiências com registro audiovisual. A participação da sociedade civil no processo de promoção da segurança foi fomentada com a instalação do Conseg, que, junto com os órgãos de Estado, já promoveu a redução da criminalidade em altos percentuais, assinalou Patury, registrando que o saldo de todas essas ações é positivo, pois houve uma redução de 112% dos processos ativos na Vara Criminal, de 46% no número de inquéritos policiais instaurados, de 40 presos na cadeia que contava com 100, conseguindo-se ainda uma maior participação popular e política nas questões de segurança pública.



Também na reunião de hoje, o promotor de Justiça Geder Gomes anunciou que, no próximo dia 21, será realizado o "III Ciclo de Debates sobre Segurança Pública e Defesa Social", que terá como temas de palestras a "Tecnologia a Serviço da Segurança Pública", a cargo do comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, coronel Álvaro Camilo; "Unidades Pacificadoras: A experiência do estado do Rio de Janeiro", que será apresentada pela coordenadora das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do RJ, major Priscilla Azevedo; e "Personalidade e crime", que será ministrada pelo professor da Universidade de São Paulo, Alvinho Sá.

- **AÇÃO:** Ouvir representantes das comunidades do Alto das Pombas e Calabar na Base Comunitária de Segurança Pública:

Assessoria de Comunicação Social

Classificação da Notícia: Segurança Pública

08/11/2011 09:57:23 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

MP ouvirá comunidade sobre impactos da implantação da primeira base de segurança de Salvador

Os impactos da implantação da primeira Base Comunitária de Segurança (BCS) no município de Salvador serão apresentados pelas comunidades do Alto das Pombas e Calabar ao Ministério Público do Estado da Bahia. Amanhã, dia 9, às 9h, a promotora de Justiça que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Mônica Barroso, estará na BCS para ouvir representantes de movimentos sociais e grupos organizados das duas comunidades sobre as mudanças decorrentes da instalação da base, ocorrida em abril último.



Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

10/11/2011
10:25:20

Redatora: Mércia Araújo (Estagiária de Jornalismo). Com supervisão de Gabriel Pinheiro (DRT/BA 2233)

MP se reúne com comunidades do Calabar e Alto das Pombas para avaliar Base Comunitária

Maior sensação de segurança e confiança em instituições como o Ministério Público e a Polícia Militar. Essa foi a avaliação inicial feita pelos moradores das comunidades do Calabar e do Alto das Pombas sobre os primeiros efeitos da implantação da Base Comunitária de Segurança (BCS) na localidade. A promotora de Justiça Mônica Barroso, que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), reuniu-se com representantes dos grupos e movimentos sociais organizados nesta quarta-feira, dia 9, para ouvir a população e considerou o balanço positivo. "O objetivo inicial foi atingido, mas ainda há muito o que fazer", destacou a promotora de Justiça.

Para a continuidade do trabalho, a principal cobrança dos moradores é uma maior "interiorização" da presença policial, atualmente restrita às ruas mais centrais da comunidade. "Eles querem ver a polícia também nos becos e vielas", ressaltou Mônica Barroso. A promotora de Justiça, que acompanha o processo de implantação desde o início, avalia a cobrança como um sinal do sucesso do trabalho, vez que refletiria uma maior confiança dos moradores. Prova disso, completou ela, é o retorno para o bairro de muitos ex-moradores que tinham deixado a comunidade com medo. "Eles estão mais confiantes", concluiu.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

10/11/2011 18:12:12 Redatora: Maria Alcina Pipolo (MTb/BA 915)

MP e TJ participam do início do mutirão do CNJ de medidas de segurança da Lei Antimanicomial

"Dois mitos devem ser desconstruídos: o de que todos os loucos são perigosos e de que devem estar longe do convívio com a sociedade". Esta foi a recomendação do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), do Ministério Público estadual, promotor de Justiça Geder Gomes, ao falar na manhã de hoje, dia 10, no 'Seminário de Medidas de Segurança Frente à Lei Antimanicomial', promovido pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Parafrazeando uma música de autoria de Chico Buarque e cantada por Maria Bethania, o promotor de Justiça baiano – que é também presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) –, salientou que "é preciso romper a incabível prisão", pois "a segregação em manicômio não gera efeitos terapêuticos positivos". O representante do MP destacou a necessidade de que "o isolamento seja substituído cada vez mais por estruturas de cuidado com o paciente psiquiátrico, feito por uma equipe multidisciplinar, através do atendimento em meio aberto, que custa muito menos do que mantê-lo em um hospital".



Fazendo um breve histórico, Geder Gomes acentuou que há conflitos entre a Lei Psiquiátrica (que tem cerca de 10 anos) e o Código Penal, que data de 1940 e determina a internação dos portadores de doenças mentais, que cometem crimes, em hospitais de custódia e tratamento

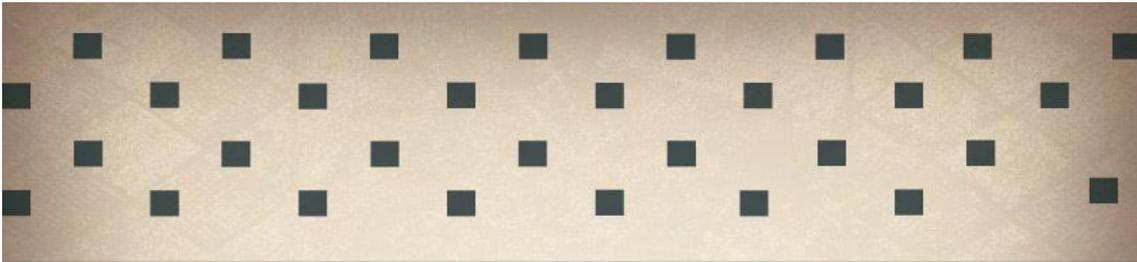


psiquiátrico por tempo indeterminado. Demonstrando sua satisfação por muitos passos já terem sido dados, ele lembrou que, a partir de 2007, o TJ determinou que a medida de segurança fosse cumprida preferencialmente de forma ambulatorial no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); que a internação fosse cumprida em hospital especializado, e somente como terceira opção, fosse encaminhado ao Hospital de Custódia e Tratamento (HCT). Referiu-se também ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público e o Governo do Estado, que possibilitou que muitos internos do HCT fossem transferidos para residências terapêuticas, além do Decreto do Indulto, “uma vitória conquistada pelo CNPCP”.

O painel ‘A implementação do Programa de Política Antimanicomial do Estado da Bahia’ foi presidido pela psicanalista Tânia Duplat, contando também com as palestras da juíza Andremara dos Santos e da defensora pública Vitória Bandeira. Contando com outros quatro painéis, o evento teve a proposta de discutir os desafios encontrados por juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, médicos e gestores da administração pública para cumprir a Política Nacional Antimanicomial (Lei 10.216), aprovada há uma década, na execução de medidas de segurança dos pacientes judiciários. A Bahia é o primeiro estado a receber um mutirão de medidas de segurança promovido pelo CNJ, cujas ações servirão como um modelo de discussão para o restante do país.

A mesa de abertura do evento foi composta pela presidente do TJ, desembargadora Telma Brito; pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Jerônimo dos Santos; pelo conselheiro do CNJ, Jorge Hélio de Oliveira; pelo secretário estadual da Administração Penitenciária, Nestor Duarte; pelo promotor de Justiça Geder Gomes; pelo defensor público Gilmar Bittencourt e pelo secretário de Saúde do município de Santo Antônio de Jesus, Joan Paulo de Souza.

AÇÃO: Realização do III Ciclo de debates sobre Segurança Pública e Defesa Social em 21/11/2011.



III CICLO DE DEBATES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PÚBLICO-ALVO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JUÍZES DE DIREITO, DEFENSORES PÚBLICOS, DELEGADOS DE POLÍCIA, OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR, ADVOGADOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, SERVIDORES QUE ATUAM NA ÁREA CRIMINAL, ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA INSTITUIÇÃO E DEMAIS INTERESSADOS NO TEMA.

21
de novembro de
2011

Auditório Afonso Garcia Tinoco - Ministério Público do Estado da Bahia
5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB

8h – Credenciamento

8h30 – Abertura
Wellington César Lima e Silva
Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia

Geder Luiz Rocha Gomes
Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP

9h – “A tecnologia a serviço
da Segurança Pública”
Coronel Álvaro Batista Camilo
Comandante-Geral da Polícia Militar de São Paulo

10h – “Personalidade do crime”
Alvino Augusto de Sá
Professor da Faculdade de Direito da USP

11h – “Unidades de Polícia Pacificadora:
a experiência do Estado do Rio de Janeiro”
Major Priscilla de Oliveira Azevedo
Coordenadora das UPPs do Rio de Janeiro

12h – Debate

12h30 – Encerramento

Inscrições e mais informações:
www.mp.ba.gov.br
71 3321.9848
71 3322.4731/1871 ramais 236/230

Realização:

 **CEAF** CENTRO DE ESTUDOS
E PESQUISA
FUNCIONAL

 **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

21/11/2011 17:36:54 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Experiências no combate ao crime apresentados em ciclo de debates sobre segurança pública



"Um delinquente não é necessariamente um inimigo. Todas as pessoas são iguais, mesmo as que cometeram crimes. Não existe personalidade criminosa; os criminosos são pessoas que se moldaram no crime por força de experiências e de fatores externos a que estiveram sujeitos". Esses foram alguns dos conceitos apresentados pelo psicólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Alvinho Augusto de Sá, durante o 'III Ciclo de Debates sobre Segurança Pública e Defesa Social', realizado na manhã de hoje (21) no auditório do Ministério Público baiano. Para ele, que falou sobre o tema 'Personalidade e crime', não são as

características da personalidade que determinam o comportamento criminoso; mas é a experiência na vida do crime que promove uma readequação do padrão de conduta e valores do indivíduo, numa espécie de "processo de criminalização". "Por isso, aquele que cometeu um crime não é necessariamente um inimigo; é também um cidadão e precisa ter direitos assegurados", defendeu. Os recursos tecnológicos que a Polícia Militar de São Paulo vem utilizando no combate ao crime e na defesa dos cidadãos, inclusive com uso de tablets pelos policiais e vídeo-monitoramento urbano, e a experiência sobre as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro também foram apresentados durante o evento pelo diretor de telemática da PM-SP, tenente-coronel Alfredo Deak Júnior, e pela coordenadora das UPPs no Rio, major Priscilla de Oliveira Azevedo, respectivamente.



Uma realização do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), a terceira edição do 'Ciclo de Debates sobre Segurança Pública' foi aberta pelo promotor de Justiça Geder Gomes, coordenador do Ceosp, que falou sobre a atuação, os estudos, as ações e eventos realizados pelo centro de apoio nos últimos meses. A experiência do 'Projeto Comunidade Legal' e a atuação do Ministério Público no bairro do Calabar, primeiro em Salvador a receber uma Base Comunitária de Segurança, foi apresentada pelo promotor de Justiça, que anunciou que o projeto será iniciado também no Nordeste de Amaralina, onde recentemente foram instaladas novas bases comunitárias. Para isso, será realizada uma audiência pública no bairro no próximo dia 30, presidida pelo procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, com o objetivo de conhecer as demandas da comunidade e criar um calendário de ações do MP. De acordo com Geder Gomes, o Ceosp pretende promover quatro ciclos de debates sobre segurança pública em 2012.



25/11/2011 11:43:56 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Câmara de Articulação dos Poderes discute

evolução do "Pacto Pela Vida" e o papel da comunicação



Um plano de comunicação para o programa 'Pacto pela Vida' e o encaminhamento de um projeto de lei ao Poder Legislativo foram os principais temas debatidos durante a 11ª reunião da Câmara Setorial de Articulação dos Poderes, instituída no âmbito do Projeto 'Pacto pela Vida' da Agenda Bahia. Integrantes dos órgãos que compõem a Câmara reuniram-se na quinta-feira, 24, na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia. A reunião serviu também para a realização

de um balanço das atividades do programa, que, na avaliação do Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promotor de Justiça Geder Gomes, vem ganhando consistência na sua execução.

Durante o encontro, o secretário de Comunicação Robinson Almeida fez uma exposição a respeito da implementação do plano de comunicação do programa 'Pacto pela Vida', parte das iniciativas setorializadas que vêm sendo implementadas pelas secretarias no âmbito do programa. Entre as ações de comunicação a serem adotadas, o secretário ressaltou a produção de peças publicitárias, a exemplo de outdoors, criação de peças para divulgação em rádio e televisão, que teriam por finalidade gerar uma identificação entre a população e o programa. Outro ponto que está sendo priorizado no plano de



comunicação é o desenvolvimento de ferramentas de marketing voltadas mais especificamente para a importância das Bases Comunitárias de Segurança (BCS) do Calabar e do Nordeste de Amaralina.

O encontro contou ainda com uma exposição do secretário de Administração estadual Manoel Vitório acerca do encaminhamento ao Poder Legislativo do projeto de lei que cria o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e mais dez Centrais e Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas (CEAPAs). A sugestão é que o projeto seja apresentado no '3º Encontro dos Chefes de Poder – Agenda Bahia 2011'.



Compunham ainda a mesa a promotora de Justiça do Ceosp, Mônica Barroso; o secretário de Relações Internacionais Fernando Schmidt; o secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte; o juiz-corregedor Cláudio Daltro; o subsecretário de Segurança Pública, Ary Oliveira; e a subdefensora pública-geral do Estado, Liliâne Sena Cavalcante. O coordenador do Ceosp, Geder Gomes, ressaltou para o grupo o nível de satisfação da comunidade do Calabar, visitada pelo MP na semana passada. "A ambiência de pacificação do convívio dos moradores é visível. As áreas técnicas do MP que lá estiveram presentes se sentem renovadas e, já havendo êxito nesse trabalho, encaminhar-se-ão, a partir do dia 30 de novembro, para a comunidade do Nordeste de Amaralina". A próxima reunião da Câmara de Articulação foi marcada para o dia 15 de dezembro.

28/11/2011 11:22:33 Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Medidas preveem melhorias para o sistema prisional brasileiro

Três importantes medidas que visam à promoção de melhorias no sistema prisional brasileiro foram anunciadas na semana passada pelo Ministério da Justiça: o lançamento do "Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional", com a destinação de R\$ 1,1 bilhão para o sistema penitenciário nos próximos três anos; a criação da Estratégia Nacional de Alternativas Penais (Enapa); e um acordo de cooperação firmado entre Ministério da Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais. Subscrito pelo ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), promotor de Justiça Geder Gomes, e pelo diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), promotor de Justiça Augusto Rossini, também foi divulgado o documento "Diretrizes Básicas para a Arquitetura Penal", que estabelece novos padrões para orientar os estados na construção de estabelecimentos penais.

O Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional possui duas metas principais: zerar o déficit de vagas femininas e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas, de modo a garantir custódia adequada a presos provisórios e a mulheres condenadas. Segundo o Ministério da Justiça, existem hoje, no Brasil, 224 mil encarcerados em situação provisória, sendo que 52 mil estão em delegacias (seis mil deles na Bahia). Só as mulheres são 35 mil, embora o sistema disponha de apenas 18 mil vagas destinadas a elas. A expectativa, de acordo com o Ministério da Justiça, é gerar pelo menos 42,5 mil vagas com a ampliação ou construção de novos estabelecimentos. Esse total se divide em 15 mil femininas e 27,5 mil em cadeias públicas masculinas. A medida permitirá, ainda, a liberação dos policiais hoje responsáveis pela carceragem nas delegacias para o trabalho de combate à criminalidade. Para distribuição dos recursos, será adotado como critério o déficit dessas vagas informado pelo Sistema Nacional de Informação Penitenciária (InfoPen).

Esforço nacional

O Ministério Público, Defensoria Pública e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nacionais firmaram um acordo de cooperação visando à conjugação de esforços para, respeitadas as competências de cada órgão, a formulação e implementação de medidas que promovam melhorias no sistema penitenciário brasileiro e a redução do déficit prisional. Tendo como fundamento a garantia do respeito à dignidade humana e a promoção dos direitos fundamentais de todos que estão em território nacional, o acordo determina a criação de um Grupo Executivo formado por três membros indicados por cada instituição, além de representantes da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A equipe contará com apoio técnico e administrativo do Depen para formular e implementar medidas de melhoria do sistema brasileiro.

Nova arquitetura

Os novos estabelecimentos prisionais a serem construídos no país deverão seguir as diretrizes básicas previstas na Resolução nº09/2011 do CNPCP. De acordo com o promotor de Justiça Geder Gomes, a resolução reformula e adequa a realidade atual do sistema carcerário brasileiro, levando em consideração necessidades de gênero, limitações físicas, faixa etária dos presos e serviços de educação e trabalho em todas as unidades a serem criadas no país. Em reunião realizada no último dia 23, o presidente do CNPCP e o diretor do Depen discutiram com 18 secretários estaduais de Justiça detalhes técnicos dos projetos estaduais (de reforma, construção, ações de reinserção e aplicação de penas alternativas), para que já sejam contemplados no novo orçamento.



- – **DEMANDA:** Projeto Comunidade Legal do CEOSP-MP;

AÇÕES/ INICIATIVAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Atuação do Ministério Público nas Bases Comunitárias de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e participar de programas e ações relativos à inclusão social nas bases comunitárias de segurança. ▪ Prestar atendimento à população nas temáticas que envolvam a defesa de interesses sociais, a garantia do direito à segurança e à vida, prevenção da violência e da criminalidade, a defesa da ordem e da democracia e funções jurisdicionais ▪ Incentivar a mobilização, articulação e participação popular, por meio de ONG's, movimentos populares, conselhos e associações comunitárias, dentre outros, de modo a criar canais de participação e controle das políticas públicas, com ênfase na segurança pública. ▪ Realizar incursões de proximidade em defesa de grupos sociais vitimizados, especialmente envolvendo crianças e adolescentes, com vistas a defesa e prevenção da violência e criminalidade.
Projeto Comunidade Legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a atividade ministerial relacionadas a execução e acompanhamento de medidas judiciais e extrajudiciais de proteção às crianças e adolescentes vitimizados; ▪ Articular a rede de prestação de serviços públicos, visando o desenvolvimento biológico, psicológico e social das crianças em más condições de vida, expostas a privações afetivas, econômicas, sociais e culturais; ▪ Contribuir no monitoramento e controle setoriais das ações na comunidade alvo, em apoio ao processo de gestão estratégica. ▪ Reduzir as situações de risco das crianças e adolescentes vitimizados; ▪ Reduzir as ocorrências relacionadas a participação de crianças e adolescentes em atividades ilícitas, como prostituição e tráfico de drogas, dentre outras situações de risco;

AÇÃO: Audiência pública na Base Comunitária de Segurança Pública do Nordeste de Amaralina em 30/11/2011

Assessoria de Comunicação Social **Classificação da Notícia: Segurança Pública**

01/12/2011 12:31:11 Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

MP realiza audiência pública no Nordeste de Amaralina



promotor de Justiça Geder Gomes, que compôs a mesa ao lado do PGJ. O evento contou ainda com a participação de outros coordenadores de centros de Apoio Operacional do MP, além de policiais militares e líderes comunitários do bairro.



Os moradores concordaram que a presença da polícia aumentou, melhorando a sensação de segurança, no entanto se queixaram da forma como os militares vêm atuando. "Há preconceito na abordagem dos jovens. Isso precisa mudar", afirmaram os participantes do encontro, fazendo questão de salientar a importância do MP nessa transformação.

Para avaliar a situação de forma sistemática, o procurador-geral de Justiça propôs a criação de um 'Conselho Permanente Comunitário', que daria constância e sustentação ao diálogo entre o Ministério Público e a comunidade. "Os canais de comunicação estão abertos. Toda reclamação conta com a atenção do MP", frisou o PGJ, assegurando ainda à comunidade que suas queixas serviriam de base para o desenvolvimento de estratégias de ação do MP.

O coordenador do Ceosp destacou a importância do encontro para que os coordenadores dos diversos centros de Apoio Operacional presentes tomassem ciência dos principais problemas do bairro. "A intenção é trazer a Instituição até o bairro", assinalou Geder Gomes, explicando que, a partir dos questionamentos levantados, o MP vai priorizar ações e gerar atendimentos individuais em audiências agendadas, sempre que possível, realizadas no próprio bairro.

Assessoria de Comunicação Social Classificação da Notícia: Segurança Pública

06/12/2011 15:34:19 Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

Presidente do CNPCP entrega minuta de indulto natalino com inovações ao ministro da Justiça



A minuta do decreto presidencial que concede indulto e comutação de penas, durante o período natalino, a presos do Sistema Penitenciário brasileiro foi entregue pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), promotor de Justiça da Bahia Geder Gomes, ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Já nos próximos dias, o ministro deverá acolher o texto e encaminhá-lo à presidente da República, Dilma Rousseff, para publicação. Segundo o presidente do CNPCP, o decreto de 2011 traz algumas inovações. Pela primeira vez, os condenados que atendem a

determinados requisitos, estão matriculados e foram aprovados em curso de ensino formal fundamental ou médio, inclusive profissionalizante, ou superior poderão utilizar o ensino a seu favor.

Outra novidade apresentada no texto da minuta é a modificação da nomenclatura de pessoa portadora de deficiência para pessoa com deficiência. As pessoas estrangeiras, que, mesmo tendo o direito assegurado, não constavam de forma explícita nos decretos anteriores, estão registradas no novo texto que diz: "É concedido indulto às pessoas nacionais e estrangeiras". O indulto também será estendido a pessoas condenadas por crime contra o patrimônio, cometido sem grave ameaça ou violência à pessoa, sendo que, para limitar o período de permanência de todos os procedimentos, foi destacada a previsão de que o juízo da execução poderá julgar e proferir decisão sem manifestação do Conselho Penitenciário, caso o órgão não a apresente em até 30 dias.

Conforme lembrou Geder Gomes, o indulto é um direito que deve ser assegurado à pessoa que já cumpriu parte da pena, tem bom comportamento e se adequa a situações que o decreto elenca. Essa é uma forma de extinção da punibilidade que está prevista no artigo 107 do Código Penal Brasileiro e não deve ser confundida com a saída temporária, que é prevista em lei e concedida aos presos dos regimes aberto e semi-aberto durante o período natalino, ressaltou o promotor de Justiça baiano. De acordo com ele, o indulto extingue a punibilidade e, por isso, a pessoa não retorna à prisão, mas não atinge crimes considerados gravíssimos, como homicídio qualificado, estupro, latrocínio, extorsão mediante sequestro, tráfico de drogas e tortura. Já a comutação é um indulto parcial porque apenas diminui a pena. Esses direitos são assegurados a cerca de 4.500 pessoas por ano, lembrou o presidente do CNPCP, assinalando que o número é pequeno, pois não chega a 1% da população carcerária do país.

Aproveitando o encontro com José Eduardo Cardozo, Geder Gomes, por solicitação do procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, convidou e teve confirmada a presença do ministro na "Semana do Ministério Público 2011", que acontecerá em Salvador na próxima semana, entre os dias 14 e 16.

19/12/2011 – OFICINA DE ESCUTA AMPLIADA DO PACTO PELA VIDA EM FAZENDA COUTOS

A equipe técnica do CEOSP participou da escuta à comunidade de Fazenda Coutos coordenada pela Câmara de Prevenção Social do Pacto pela Vida na Escola Municipal de Fazenda Coutos no dia 17/12/2011 das 08 às 14h. A escuta tem como objetivo identificar as demandas por políticas públicas da comunidade onde será instalada a Base Comunitária de Segurança – BCS para que a Câmara possa promover a articulação dos serviços e ações sociais priorizados pela população local.

Esta atividade marca o início das ações do Projeto Comunidade Legal do Ministério Público na Região de Fazenda Coutos.



DEMANDA: Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça da Bahia.

AÇÃO: Designação de Promotores de Justiça da capital e do interior para atuação específica no Mutirão, sob a Coordenação da Promotora de Justiça do CEOSP, Dra. Monica Barroso Costa.

Mutirão carcerário do CNJ chega à Bahia

Presos provisórios do sistema prisional baiano terão a chance de ver seus processos revisados pelo mutirão carcerário que foi instalado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ontem, dia 10, em Salvador. O mutirão, inaugurado na sala de atividades disponibilizada para o Ministério Público do Estado da Bahia no prédio sede das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça, analisará também, até o próximo dia 16 de novembro, todos os processos da execução penal e as condições das unidades prisionais baianas. Para isso, congregará esforços da equipe de trabalho do CNJ, juízes, promotores de Justiça e defensores públicos, que se dedicarão à realização do trabalho conjunto. "Ao final, será apresentado à sociedade um raio-x da justiça criminal e do sistema carcerário do estado", afirmou o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, juiz Luciano Losekann.



Segundo Losekann, a intenção do mutirão "não é colocar os presos na rua. É, antes de tudo, assegurar o direito de liberdade àqueles que já o possuem". O objetivo do CNJ, disse ele, é melhorar o sistema e torná-lo mais ágil para que o Poder Judiciário possa oferecer uma prestação mais regular na seara criminal. De acordo com o juiz, o Conselho Nacional de

Justiça é hoje um órgão de gestão que tem por finalidade qualificar a prestação jurisdicional. Mas o CNJ já identificou que há uma situação de pendência com a sociedade brasileira por causa da deficiência na gestão, assinalou ele, frisando que o Conselho está trabalhando para minorar o problema. Uma das defuncionalidades desse sistema, lamentou Losekann, é o alto número de presos provisórios, o que se constata inclusive na Bahia. É na tarefa conjunta de se ajustar essa realidade ao que se pretende chegar que oito promotores de Justiça atuarão e que o Ministério Público oferecerá o seu apoio, garantiu o chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, promotor de Justiça Antônio Ferreira Villas Boas, desejando pleno êxito à jornada de trabalho.

Destacando que este mutirão é consequência natural da experiência positiva do primeiro mutirão carcerário realizado pelo CNJ na Bahia em 2010, a presidente do Tribunal de Justiça,

desembargadora Telma Britto agradeceu à parceria do MP e Defensoria Pública, e desejou um excelente trabalho a todos. Ao lado dessas autoridades e dos desembargadores baianos Gerônimo dos Santos e Lícia Carvalho, do juiz Cláudio Daltro e do chefe de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), Carlos Sodré, o promotor de Justiça auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Marcos Centeno, destacou que o objetivo do CNMP no mutirão é verificar eventuais irregularidades nos processos e atuar no sentido de corrigi-las. "O nosso compromisso é com a aplicação da lei", disse ele, registrando que é preciso deixar claro para a sociedade que "não temos compromisso com a liberação de presos para criação de vagas".



Na tarde de ontem, o representante do CNMP visitou a Penitenciária Lemos de Brito com a promotora de Justiça da Bahia Mônica Barroso. No complexo que abriga 1.397 internos, eles avaliaram a estrutura administrativa, os módulos de alojamento dos presos e o local de depósito dos alimentos. Acompanhado do diretor da unidade, capitão Márcio de Amorim Macedo, os promotores de Justiça conheceram ainda a estrutura da fábrica de tijolos, onde presos do sistema semi-aberto desenvolvem atividades, e salas de aula onde 400 internos estudam. Diante de tudo que foi visto, a promotora de Justiça Mônica Barroso, que atua no Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), registrou que o mutirão é importante, mas que é imprescindível haver uma melhoria no sistema prisional com o aumento do número de vagas. "O que se observou aqui foi uma ausência de investimentos, superlotação e estrutura de abrigamento inadequada", disse Marcos Centeno, destacando que isso é algo crônico no sistema carcerário brasileiro, sobretudo nos estabelecimentos construídos há mais 10 anos. Para ele, um dos fatos mais preocupantes é o de que muitos estabelecimentos prisionais estão situados dentro de zona urbana, como é o caso da Bahia. Em síntese, disse Centeno, "a mudança precisa ser de postura dos gestores do sistema prisional, no sentido de haver um forte investimento". "Estamos perto da implosão do sistema", alertou ele.



Mutirão carcerário da Bahia concede 1,1 mil liberdades



O Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça na Bahia resultou em 1.176 libertações, de um total de 1.634 benefícios concedidos a presos provisórios e condenados que estavam detidos irregularmente em estabelecimentos prisionais do estado. A equipe do Programa Mutirão Carcerário, do CNJ, analisou 7.148 processos entre 10 de outubro e 30 de novembro, período em que foram realizadas as inspeções em presídios, delegacias e cadeias públicas do estado.

"A experiência foi boa, houve uma evolução do primeiro (mutirão) para este", afirmou o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, juiz Luciano Losekann, que representou o Conselho na divulgação do diagnóstico do sistema prisional baiano, que inclui os resultados da concessão de benefícios e verificação das instalações físicas, ocorrida nesta terça-feira (06/12).

O magistrado do CNJ se referia ao primeiro mutirão realizado no estado, em 2009. "A iniciativa tem como objetivo propor que haja melhoria do sistema de justiça criminal", disse. O mutirão na Bahia foi coordenado pelas juízas Ivana David, do Tribunal de Justiça de São Paulo, Maria de Fátima Alves da Silva, do Tribunal de Justiça do Pará, designadas pelo CNJ, e pelo juiz-corregedor Cláudio Daltro, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Também participaram da mobilização uma equipe de servidores e magistrados do TJBA.

Aos presos condenados foram concedidos benefícios como extinção de pena, livramento condicional, progressão de regime, indulto, remição de pena, prisão domiciliar, dentre outros.

"Os resultados foram bons, principalmente porque foi possível traçar um diagnóstico de como estão sendo tratados os processos criminais e de execução penal, além das efetivas solturas", a juíza Maria de Fátima Alves da Silva, coordenadora do mutirão.

O juiz corregedor Cláudio Daltro, um dos coordenadores da iniciativa, considerou o mutirão uma “experiência positiva, apesar das dificuldades estruturais”. O magistrado destacou que a avaliação possibilitará maior agilidade. “Iremos aguardar os relatórios para trabalharmos em cima do que for indicado, criando ações específicas” concluiu o magistrado.

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Britto, encerrou as atividades parabenizando o CNJ e agradecendo à equipe pelo empenho. “Todo resultado exposto reflete problemas de muitos anos. Eu gostaria de solicitar ao CNJ a análise do problema a partir de causas primárias, como a falta de recursos orçamentários e carência de magistrados”, disse a presidente.

A desembargadora ainda destacou projetos como o Pacto pela Vida e o Começar de Novo, desenvolvido em parceria com o CNJ. “O Poder Judiciário, nessa gestão, não se eximiu das responsabilidades. Buscamos atender melhor aos jurisdicionados, tanto os comuns, quanto os recolhidos no sistema prisional, já que a magistratura da Bahia quer atingir a excelência”, concluiu.

O mutirão contou com os juízes Andremares dos Santos, Freddy Carvalho Pitta Lima, José Carlos Rodrigues do Nascimento, Mariângela Lopes Nardin, Moacir Pitta Lima Filho, Patrícia Sobral Lopes e Rosana Passos.

Também compuseram a mesa de encerramento do mutirão, realizado no auditório do Tribunal de Justiça, a primeira vice-presidente do Tribunal, desembargadora Maria José Sales Pereira; o corregedor-geral de Justiça, desembargador Jerônimo dos Santos; o promotor público Geder Luís Gomes, representando o Ministério Público, e Carlos Sodré, chefe de gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), representando o secretário Nestor Duarte.

Agência CNJ de Notícias, com informações do TJBA